

Obstáculos que persistem

Nas quatro semanas à frente do governo interino da Nova República, o vice-presidente José Sarney conseguiu demonstrar suficiente habilidade e capacidade de comando para afastar alguns dos temores que se instalaram no seio da Aliança Democrática — e da opinião pública do País — nos primeiros instantes de sua posse, a 15 de março último. Não se pode afirmar, com plena segurança, que já não existem dúvidas, mas sem dúvida o quadro de hoje é mais tranqüilizador do que aquele vivido pela Nação nos momentos de tensão e de angústia seguidos ao internamento e à primeira operação do presidente Tancredo Neves, no Hospital de Brasília.

Do ponto de vista constitucional, ninguém mais discute no País a legitimidade da posse do vice-presidente e as suas condições legais e jurídicas plenas para exercer o governo até o final do mandato. A substituição que existia durante a enfermidade de Tancredo Neves transformou-se em sucessão automática, com o seu falecimento. E do ponto de vista político, as forças da Aliança Democrática — PMDB e Partido da Frente Liberal — comportaram-se nesse período de interinidade com maturidade e bom senso para enfrentar a inesperada situação.

Os obstáculos, entretanto, não foram inteiramente afastados. O PT, através de sua central sindical — a CUT — demonstrou a sua capacidade de mobilização e de perturbação do processo, com a grave intempestiva dos motoristas de ônibus de Brasília. O governo interino de Sarney teve de decretar um feriado antecipado, na quarta-feira da Semana Santa, para esvaziar o movimento, finalmente debelado com a advertência do ministro da Justiça, Fernando Lyra, a respeito do caráter político e "perturbador do processo" desse movimento. E com a ajuda dos sindicatos fiéis à orientação do PMDB.

Outro obstáculo de peso é a atitude do PDT de Leonel Brizola, que já queria eleições presidenciais diretas em 1986 para "legitimar" a posse de Tancredo Neves. E que contestou, como se esperava, um governo pleno de José Sarney.

É interessante assinalar, contudo, que as maiores interrogações do próprio presidente interino, José Sarney, não residem no terreno político-militar, mas no popular. O presidente em exercício está tranqüilo com a capacidade revelada pela Aliança Democrática de funcionar durante o período de emergência. Nomeações foram feitas para o segundo e terceiro escalões do governo, algumas decisões se tomaram na área econômico-financeira, houve até veto a uma lei do Congresso (o que aprovou o novo Estado do Tocantins) e a opinião pública, através dos meios de comunicação, de modo geral, aprovou a atitude de Sarney de não deixar o barco do Estado correr sem comando, à espera da recuperação de Tancredo Neves.

Por outro lado, também as manifestações dos ministros militares por ocasião do 31 de março, discretamente comemorado nos quartéis, demonstraram que as Forças Armadas estão fiéis a seu papel constitucional e dele não se afastarão. Vale dizer: prestigiarão o governo Sarney, por legítimo e constitucional.

O problema, entretanto, reside na incerteza a respeito da reação popular à morte de Tancredo Neves. E aí que está o grande ponto de interrogação

de José Sarney e de seus amigos mais íntimos do governo. E, com certa medida, do próprio PMDB. Como reagirá o povo diante dessa frustração, de ver seu líder, transformado em mito e em mártir pela doença e sofrimento, desaparecer sem ter podido assumir o governo?

A todo instante são lembradas, no Palácio do Jaburu — e, certamente, no Setor Militar Urbano — as cenas de violência e de explosão popular ocorridas no Rio de Janeiro e em outros pontos do País, no remoto mês de agosto de 1954, quando o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Não se esconde o receio sobre a reação popular e, com ela, uma possível mudança de atitude de parlamentares da esquerda do PMDB e até da Frente Liberal, pressionados a se solidarizar com "as bases" e passarem a contestar a legitimidade — política, não jurídica — do governo Sarney.

As perguntas sobre a capacidade de José Sarney administrar a Aliança Democrática, um conjunto heterogêneo de forças políticas e sociais, são hoje menores do que a 15 de março. A atuação do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, e do senador Jorge Bornhausen, dirigente da Frente

Liberal, somada ao trabalho dos próprios ministros das duas forças que integram o governo, têm contribuído para manter a relativa estabilidade do esquema de forças. Nada justifica a crença de que essa situação possa se alterar. O mais provável é o contrário: que a Aliança encontre maior unidade, como forma de lutar pela própria sobrevivência.

O vice-presidente José Sarney que chega a este momento já não é tão tenso e inibido quanto aquele que foi empossado a 15 de março. Naquele dia, Sarney disse breves palavras rascunhadas num papel que trazia no bolso, quebrando o protocolo da posse: "Exercemos os nossos deveres, eu e os senhores, como escravos da Constituição, das leis, do povo e dos compromissos da Aliança Democrática com a mudança e as transformações".

Naquela madrugada de 15 de março, quando nenhum dos principais líderes da Aliança Democrática dormiu direito, Ulysses Guimarães, com respaldo do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e também dos ministros do Supremo Tribunal Federal, tomou a decisão política de empossar o vice-presidente da República, com base na Constituição, con-

siderando o impedimento temporário do presidente eleito, Tancredo Neves, por motivo de saúde, comprovado por laudo médico.

De lá para cá, Ulysses Guimarães tem sido o principal articulador e fiador do pacto político que sustenta Sarney no poder. Ao garantir a posse de Sarney — ignorando pedidos para que ele próprio assumisse interinamente o governo —, Ulysses Guimarães garantiu a continuidade da Aliança Democrática, ainda que Tancredo não sobrevivesse à crise — uma hipótese dolorosa mas que não poderia ter sido descartada naquele momento.

A medida que a saúde de Tancredo Neves entrou em declínio — com as seguidas intervenções cirúrgicas a que se submeteu —, Ulysses teve de agir mais eficazmente para aumentar o grau de apoio político a Sarney. Foi assim que ele promoveu uma reunião em sua casa com a presença da cúpula do PMDB e de todos os ministros peemedebistas, quando ficou acertado que a República não poderia mais continuar de braços cruzados e que Sarney tinha de preencher os claros da nova administração. Em seguida, Ulysses esmerou-se num acordo com o PFL para evitar uma corrida aos cargos e logrou acertar um esquema conciliatório de preenchimento dessas importantes funções, de modo a impedir a autofagia da Aliança Democrática.

José Sarney, nesse contexto, manteve a liberdade de ter a palavra final, uma vez que de seu punho é que sairiam as assinaturas indispensáveis à complementação do governo. E foi Sarney quem vetou o Estado do Tocantins, assinou várias nomeações e exonerações e colocou o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, à frente do GDF por 30 dias.

Evidentemente, Sarney também poderá agora mudar até ministros escolhidos por Tancredo Neves, mas é pouco provável que faça isto, pelo menos a médio prazo, a não ser, talvez, na intimidade de seu gabinete de trabalho no Palácio do Planalto, pois ali devem operar pessoas da estrita confiança pessoal do chefe do governo, qualquer que seja ele. Mesmo no Planalto, se houver substituições, serão em pequeno número.

Se já não há grandes receios políticos, nem partidários, nem jurídicos e nem militares para a efetivação de José Sarney no governo da Nova República, persistindo apenas temores sobre forças específicas — PT, CUT, PDT brizolista — a grande interrogação de todos é sobre a reação do povo, compreensivelmente frustrado após uma ativa campanha pelas diretas já, seguida de Tancredo-já e que, no final das contas, aos olhos do homem do povo, não terá rendido nem uma coisa e nem outra.

Ainda que as massas possam reagir com calma e sangue frio, permanecerá a última grande questão a ser resolvida pelos partidos da Aliança Democrática: até quando vai durar este governo? Até 1991, como está na atual Constituição, que estabelece mandato de seis anos? Ou até 1989, se for concertado que o mandato deve ser reduzido para um quatriênio? Ou será até 1987, fazendo-se em novembro de 1986 a grande eleição geral da Constituinte e do novo presidente da República?

Perguntas que só o tempo poderá responder.



Ulysses: condestável que garantiu respeito à Carta